

5 A vitimização da ordem



FIGURA 13¹

¹ Folha de S. Paulo, 16/05/06, p. C.1.

5.1. O medo político

No dia 30 de outubro de 2007, na entrevista coletiva que apresentou o Brasil como país que sediaria a Copa do Mundo de 2014, a pergunta de um jornalista canadense é, no mínimo, índice do imaginário da violência urbana que se produz em relação ao Brasil². Não estamos, como nação, ligados às “ameaças do terrorismo”, que é o “inimigo” mais temido dos tempos atuais, mas representamos, se posso arriscar, uma idéia que também provoca medo: a ineficiência dos aparelhos repressores no combate à criminalidade.

A resposta dos dirigentes da FIFA tenta desmistificar este imaginário, afirmando que o problema da violência urbana é onipresente nas grandes cidades do mundo inteiro. Não se trataria, portanto, de um mal local, mas de um problema crônico em escala global. A intensa preocupação com a segurança estaria atrelada à própria concepção do espaço público contemporâneo.

De fato, como apontado na resposta ao jornalista, a violência é um problema mundial. Sabemos disso não por convivemos com essas ameaças, mas por termos contato com as imagens e textos que reportam conflitos em várias grandes cidades do mundo. Nessa rede de informações, a violência urbana nunca perde espaço.

Essa vertente do jornalismo que abastece os grandes sistemas de comunicação e informação parece tomar para si, em muitas ocasiões, o papel de paraninfo de uma “ordem”. É preciso, então, seguindo esta lógica, estar

² “A entrevista coletiva sobre o anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 começou quente. Logo na primeira pergunta, o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, foi questionado sobre os problemas de violência no país, e se isso poderia atrapalhar a realização do evento. A pergunta irritou não apenas o dirigente esportivo brasileiro como o próprio presidente da Fifa, Joseph Blatter. Antes de responder, Teixeira quis saber a origem da jornalista que fez a pergunta, e o órgão de imprensa que estava representando. Depois, já sabendo que tratava-se de uma canadense, afirmou que a violência é um problema mundial e não deixou de citar o Canadá como exemplo, dizendo que uma delegação esportiva brasileira foi assaltada durante um evento no país. Teixeira disse ainda que os Jogos Pan-Americanos do Rio, realizados em julho deste ano, provaram que é possível organizar um grande evento esportivo livre de violência. – Durante o período do Pan não tivemos nenhum acontecimento grave no Rio de Janeiro - afirmou. – Se a gente fosse olhar assim (pela violência), seria muito difícil... Em grandes países como os Estados Unidos, a gente vê garotos atirando dentro de escolas. Pelo menos isso a gente não tem no Brasil. O que acontece no Brasil (em termos de violência) não é maior nem menor do que acontece em todas as grandes cidades do mundo. A gente vê brasileiros sendo agredidos e assassinados até mesmo em países tidos como de grande reputação - declarou o presidente da CBF. Em seguida, Joseph Blatter pediu a palavra para reclamar do teor da pergunta. – Quando atribuímos a Copa de 2010 para a África do Sul, a primeira pergunta foi sobre a alta criminalidade daquele país. E agora é a mesma coisa. Senhoras e senhores, um pouquinho de respeito às instituições e à casa da Fifa – reclamou” (*O Globo Online*, acessado em 30/10/2007 às 13h14).

constantemente enfatizando desvios que possam caracterizar o oposto dessa ordem simbólica que se baseia, é claro, nas leis, mas, também, na perspectiva política de determinados textos, que conseguem ser amplamente disseminados.

Nesse jogo de delimitação do *alter* da ordem ideal, a violência parece ser tema onipresente no trabalho de reportar acontecimentos tanto para leitores locais quanto para a massa virtual que pode acessar o texto no mundo todo. Esse vocabulário tem, dentre outras, a força política de definir significados em associação ao medo.

Assim, o imaginário do medo é recriado incessantemente sempre que uma ordem ideal é vitimizada ou ameaçada. Há uma relação estreita entre a narração do medo e a estratégia de vitimização³, pois, na perspectiva que adotamos, o medo é, sobretudo, uma idéia política. Quando o texto denuncia, ele ataca e, ao mesmo tempo, defende.

Um crime violento, por exemplo, não tem qualquer significado social se não for narrado para o público que não testemunhou, cometeu ou foi vítima da violência. A importância dos meios de comunicação de massa nessa questão está no poder que estes têm de, metonimicamente, ampliar a idéia de vitimização, que, de certa forma, já está prevista na lei⁴. Assim, o ato de reportar um acontecimento e denominá-lo como crime é, teoricamente, a tentativa de defender uma ordem pública.

O controle social, como sabemos, não é feito somente pelo aparato jurídico-policial. A ordem simbólica exerce função mais ampla e fundamental, trabalhando não com o controle do corpo, mas com o controle dos significados. As notícias policiais são uma das formas de controle social através da significação: dos acontecimentos do cotidiano extrai-se o lastro da construção do texto que, pela

³ A idéia de vitimização em relação ao medo já foi desenvolvida por David Altheide: “Vítima é um *status* e não uma pessoa, um lugar em um conjunto de relacionamentos, com direitos presumidos, obrigações e deveres. O discurso do medo envolve vítimas, de fato, precisa delas. Em suma, vítimas – especialmente descrições visuais – são requeridas para a construção do problema. Conforme o discurso do medo se expande, os aparatos da cultura popular que contribuem para agrupar identidades parece encontrar mais tipos de vítimas. Vítima é um *status* desejado [...]”. Vítimas não são mais do que o lado pessoal das crises; a crise é onde a vítima reside. Uma crise pessoal pode afetar uma vítima, porém, geralmente, as crises se referem a ‘crises sociais’, envolvendo muitas pessoas. Tudo isso acontece em um tempo do medo. Tudo isso requer que os cidadãos tenham informações e constantes lembretes das armadilhas e perigos da vida, sejam eles potenciais ou reais. Os noticiários, as entrevistas, as revistas e todo uma realidade de crimes e dramas policiais parecem querer atestar que todos são vítimas de alguma coisa, mesmo que eles não saibam disso” (Altheide, 2002:89) [tradução livre].

repetição da forma de enunciar, alimenta apenas determinadas formas de interpretar.

Essas duas formas de controlar não estão separadas, mas grande parte da população só tem contato diário com o controle exercido pelas narrativas. A outra parte, a menor delas, é a que fica, também, sob o controle do aparato jurídico-policial através dos aparelhos da justiça penal (tribunais, delegacias, penitenciárias, policiais, juízes etc.).

Trabalhando de forma conjunta, o controle dos significados utiliza a idéia do controle jurídico-policial como forma de impedir desvios, pois, teoricamente, o regime de compensações faz com que as penas sejam, no mínimo, equivalentes ao crime cometido. Alertados sobre as consequências dos desvios, os indivíduos os evitariam.

Ao organizar o cotidiano através das reportagens, as séries analisadas prezam pela estratégia da vitimização como função básica na enunciação do medo. Não se trata de uma pessoa como vítima, como costumamos entender os processos criminais. A vítima, como aponta David Altheide (2002), é, antes, um *status* desejado.

As formas da vitimização explicitam o que de fato está sendo ameaçado quando o medo torna-se a principal argumentação. No caso da violência urbana, muitos fatores entram na discussão, que é complexa por si só. Com o intuito de fazer uma leitura dessa problemática através da imprensa, utilizamos um dos acontecimentos mais discutidos nos últimos dois anos: os ataques violentos em várias cidades de São Paulo que foram atribuídos ao grupo Primeiro Comando da Capital, que seria gerido por criminosos que estão dentro do sistema carcerário, sob tutela do Estado⁵.

O periódico *Folha de S. Paulo* foi escolhido como fonte primária para o desenvolvimento da análise. Uma série de reportagens unificou a ampla cobertura através da rubrica “Guerra urbana”, que começou a ser publicada no dia seguinte aos primeiros ataques aos distritos policiais e aos meios de transporte público.

⁴ Quando alguém comete um crime, o comete, em última instância, contra a sociedade e não contra a vítima individual.

⁵ “O PCC nasceu no interior dos presídios, em 1993, como uma espécie de irmandade monolítica de oposição ao sistema correcional paulista, com estatuto e organização hierárquica perfeita” (Revista Caros Amigos, ano X, n. 28, maio de 2006).

O que chama a atenção nessa série é intensa e explícita elaboração do medo. Toda a cobertura se baseou nessa perspectiva, tentando representar o “caos” que o medo dos ataques proporcionou. É justamente através deste evento extraordinário que atentaremos para o imaginário do medo, tentando pensar por onde caminha o discurso jornalístico quando recria eventos de grande porte como este.

Se por um lado, na primeira parte desta dissertação trabalhamos com o foco apontado para a violência no cotidiano, neste momento, deslocamos a argumentação para a violência que é tratada como guerra, não porque esta não seja cotidiana, mas pelo potencial de ser um espetáculo de entretenimento que não requer uma elaboração antecipada, como vimos nas séries analisadas na parte I, ou seja, são acontecimentos que carregam o imperativo da publicação nos jornais, que já são direcionados a cobrir eventos catastróficos.

Quando nos detemos nessa perspectiva da análise do imaginário do medo criado pela imprensa em relação a eventos de violência urbana, não podemos deixar de lado a posição que o medo tem como idéia política⁶. Nas entrelinhas de qualquer discurso que enfatiza o medo, há a defesa por ideais políticos que estão sendo vitimizados por alguma ameaça. Nesse sentido, as perguntas que nos faremos a todo momento no percurso deste capítulo são: que ideais estão sendo colocados como vitimizados na série “Guerra urbana”? O que estes ideais significam?

Com isto, a tarefa é tentar elaborar uma leitura do imaginário do medo, e o que isso pode nos dar como resultado para a interpretação das funções simbólicas da violência criminal nos grandes centros urbanos.

⁶ “O medo político, eu gostaria de sugerir, não é o agente salvador do indivíduo e da sociedade. Tampouco ele reside além dos domínios políticos, sejam eles liberais ou não. É, ao invés de uma ferramenta política, um instrumento da ordem ou do avanço das revoltas, criado e sustentado por líderes políticos ou ativistas que esperam ganhar alguma coisa com isso, seja porque o medo os ajuda a perseguir um objetivo político, seja porque ele reflete ou dá suporte às crenças morais e políticas – ou ambos” (Robin, 2004:16) [tradução livre].

5.2. Guerra urbana

Nos capítulos anteriores, tratamos da produção do imaginário do medo que utiliza o vocabulário da violência, ou seja, a narrativa da violência urbana, como uma das estruturas para narrar o cotidiano. O ponto central está na produção de sentido na cidade, na leitura, e, também, nas formas de expressão e disseminação dos medos pelos meios de comunicação de massa.

Neste capítulo, o foco recai sobre a violência espetacular, que não é exatamente cotidiana e que, por essa razão, é amplamente divulgada quando ocorre, quase sempre associada ao termo guerra. Em “Guerra urbana”, todas as reportagens narram, de diversas formas, os violentos ataques aos policiais e ao sistema de transporte público de São Paulo. Cadernos inteiros destinados ao cotidiano foram impressos para fazer a cobertura dos eventos.

Em uma primeira análise, o que podemos definir são algumas características da abordagem editorial utilizada. Em todas as edições da série, as idéias de medo e de guerra são onipresentes; apesar do grande número de reportagens, destaca-se a redundância que estas produzem; o mesmo significado é carregado por vários significantes, ou seja, no mesmo código há várias mensagens equivalentes. Partindo dessa perspectiva, nota-se que a maior parte das reportagens tem como tema não propriamente os ataques, mas o medo⁷.

Este é um termo de significados múltiplos cuja possibilidade de evocação ou referência só se dá com a ajuda de símbolos ou, ao menos, através da palavra significante. Nesse sentido, os textos e imagens que compõem a série fazem referência a esse sentimento de diversas formas. No entanto, em linhas gerais, as estratégias narrativas tentam evocar a idéia de medo a partir de circunstâncias e histórias que fugiram ao cotidiano diante dos ataques ocorridos na cidade de São Paulo – que foram atribuídos ao grupo organizado Primeiro Comando da Capital (PCC) – além, é claro, de contabilizar e explicar como os ataques foram realizados e quais foram as vítimas.

⁷ Por se tratar de um fenômeno que está intimamente atrelado à linguagem e que, por isso, possui significados numerosos e complexos, passíveis de re-significação ao longo do tempo e das circunstâncias em que ocorre, o medo deve ser abordado, também, pela perspectiva histórica. Três trabalhos serviram de apoio para esta pesquisa: Delumeau, 1989; Robin, 2004; Bourke, 2006.

Se “Guerra urbana” parece fazer referência ao medo mais explicitamente que as séries “24 horas” e “Geografia da violência” (analisadas na primeira parte da dissertação), é preciso buscar, através da leitura crítica, o que está em jogo quando esse imaginário é recriado. Como Cornelius Castoriadis propõe, o imaginário não é imagem *de* alguma coisa, mas, em outro sentido, é o “processo de criação incessante [...] de formas/figuras/imagens a partir das quais somente é possível falar-se de alguma coisa” (2007:13). O objetivo então, não é ler a série como imagem do medo, mas, em outro sentido, tentar analisar os andaimes que tornam possível a fala do medo no espaço urbano da maior cidade brasileira. Sendo assim, quais são os textos⁸ do medo?

Há, certamente, várias maneiras de responder a essa questão. Mas, como ponto de partida, sabemos que essas formas a partir das quais é possível falar o medo na cidade não nos levam a um somatório geral. Esse imaginário do medo não é uma unidade totalizável: trata-se menos de uma representação e mais de um “vocabulário” e de uma “gramática” com a qual são produzidos significados. Assim, ao tratarmos de imaginário, estamos, em certo sentido, pesquisando as linguagens e os textos, do medo.

Uma forma amplamente disseminada e repetida diariamente para falar do medo é a violência urbana. Neste sentido, quando analisamos a série “Guerra urbana” e constatamos a intensa repetição da palavra medo nas reportagens e títulos, não buscamos exatamente a representação do medo, mas a partir de quê o significado do medo é criado. Que imagens estão relacionadas ao medo da violência? Que narrativas são produzidas?

Em leitura panorâmica, o imaginário do medo nesta referida série está intimamente relacionado com o que poderíamos denominar de Estado-penal, que vem a ser a todos os aparelhos do Estado que, de alguma forma, têm a função de julgar, punir, aprisionar, excluir ou diferenciar⁹. Assim, a maior parte da cobertura

⁸ O termo texto é usado em um sentido amplo, ou seja, como estrutura significante, aquilo que ativa o processo de significação. Assim, quando mencionamos “texto” não estamos nos referindo somente às palavras, mas também às imagens e tudo aquilo que é utilizado para expressar e significar.

⁹ É através destes aparelhos que o Estado-penal opera, mas não somente através deles. Wacquant utiliza o conceito para entender a realidade pós-Estado de bem-estar social. Essa realidade se caracteriza por práticas e instituições que conformariam um novo “tipo” de Estado, caracterizado, principalmente, por uma nova forma de administração dos conflitos sociais. Esta “administração”, no Estado de bem-estar, era feita preponderantemente com políticas públicas de corte econômico-social, de transferência de renda do capital para os trabalhadores, que amenizava as desigualdades do sistema capitalista. No Estado-penal, a prisão em massa – com todas as

é produzida com foco nas ações policiais e na situação dos presídios na capital paulista.

Por outro lado, há outras estratégias para narrar o medo em “Guerra urbana”, como, por exemplo, o vazio da cidade, o rito funeral, problemas no transporte público, mapas que sintetizam iconicamente as narrativas, os depoimentos em primeira pessoa, declarações desencontradas de governantes, entrevistas com especialistas em segurança pública, pesquisas de opinião, estatísticas, problemas com os sistemas de comunicação, dentre outras. Todas essas formas utilizam imagens e palavras para evocar significados.

Diante dessa complexa teia a partir da qual a série fala do medo, a estratégia analítica é selecionar algumas dessas narrativas e “esquecer” outras, pois o objetivo não é esgotar as possibilidades de leitura da fonte primária em questão, mas desenvolver certos aspectos relevantes para esta pesquisa.

consequências simbólicas e materiais que isso implica – é a forma privilegiada de administração. Os aparatos repressores são essenciais para isso, mas é preciso que sua operacionalidade seja redefinida socialmente, ou seja, é preciso gerar legitimação para isso e criar um verdadeiro processo de “cooperação penal” entre os empresários e a máquina pública, o que Wacquant (2001) chamou de *complexo industrial-carcerário*.

5.3. A cidade e o acontecimento

A ampla cobertura jornalística dos ataques na cidade de São Paulo que foi feita através da série de reportagens “Guerra urbana” possibilita outras leituras através da idéia de medo social. A edição do dia 16 de maio de 2006 tenta exibir um panorama da cidade a partir das práticas que saíram da rotina. O título que inicia o caderno “Folha Cotidiano” também trabalha especificamente com o tema desta pesquisa: “Medo de ataques pára São Paulo”.

Em cada página da edição, a rubrica “Guerra urbana” foi associada a outro termo, com o intuito de reportar as conseqüências dos ataques. Assim, temos quatorze diferentes seções¹⁰ que definem determinadas temáticas que vão sendo articuladas através de uma unidade representada pela rubrica principal da série.

Em meio a estas seções, há uma página dupla em que a rubrica não aparece com uma denominação complementar, como nas outras páginas do mesmo caderno (Ex. “Guerra urbana/Justiça”). Nela, um título simula a síntese proposta pela diagramação: “O dia em que SP parou” (*Folha de S. Paulo*, 16/05/06, p. C10 e C11).

¹⁰ (1) Trégua (sugere que integrantes do governo entraram em um acordo com o PCC para que os ataques cessassem); (2) Transportes (que reportam a paralisação de ônibus e do aeroporto de Congonhas); (3) Comércio (que relata o fechamento de lojas e bancos em função do medo de ataques); (4) Telefonia (narra uma pane corrida no sistema de telefonia celular devido ao excesso de ligações); (5) Justiça (funcionários de fóruns de justiça foram autorizados a saírem do serviço antes do horário normal); (6) Escolas (40% dos colégios da cidade fecharam); (7) Sistema prisional (fim de quase todas as 83 rebeliões que foram iniciadas ao longo dos ataques); (8) Mortes (a morte de quinze suspeitos no quarto dia de ataques); (9) Governo Federal (declarações de autoridades federais); (10) Versão oficial (declarações de autoridades estaduais); (11) Perfil Marcola (narra a vida do prisioneiro que é apontado como o principal líder do PCC); (12) Governo (divergência entre representantes do governo de São Paulo); (13) Análise (declarações de diversas pessoas sobre as causas dos ataques); (14) Estados (narra a prisão de suspeitos de outros estados de integrarem o PCC).

FIGURA 14¹¹

Ao nos determos na imagem acima, imediatamente podemos definir a forma narrativa como um panorama. A visão panorâmica proporciona essa curiosa possibilidade de enunciação, cujo principal impacto é a capacidade que esta tem de articular diferentes acontecimentos¹² em um mesmo espaço narrativo, seja ele textual ou imagético.

¹¹ *Folha de S. Paulo*, 16/05/06, p. C10 e C11.

¹² Jacques Derrida, em entrevista concedida a Giovanna Borradori tratando dos ataques ao *World Trade Center* em 11/09/01, desenvolve o conceito de acontecimento tomando como ponto de referência o pensamento de Martin Heidegger: “O acontecimento é o que surge, e, ao surgir, surge para me surpreender, para surpreender e suspender a compreensão: o acontecimento é antes de mais nada tudo *aquilo que* eu não compreendo. Consiste no *aquilo*, em *aquilo* que eu não compreendo: *aquilo que* eu não compreendo e, antes de tudo, *aquilo* que eu não compreendo e o fato de que não compreendo: minha incompreensão. Aquele é o limite ao mesmo tempo interno e externo sobre o qual eu gostaria de insistir aqui: embora a experiência de um acontecimento, o modo segundo o qual ele nos afeta, demande um movimento de apropriação (compreensão, reconhecimento, identificação, descrição, determinação, interpretação com base em um horizonte de antecipação, conhecimento, denominação e assim por diante), embora esse movimento de apropriação seja irredutível e inelutável, não há qualquer acontecimento digno desse nome, a não ser à medida que essa apropriação *falhe* em alguma divisa ou fronteira. Uma fronteira, no entanto, sem frente ou confronto, uma fronteira com a qual a incompreensão não colide de cabeça, uma vez que não assume a forma de uma frente sólida: ela escapa, permanece evasiva, aberta, indecisa,

Mas, se o acontecimento é justamente a incompreensão do que surge, e a narração panorâmica agrupa acontecimentos diversos em um mesmo contexto, a conclusão a que chegamos é de que há uma tentativa de compreender, ou melhor, dar significado ao acontecimento. Dessa forma, se seguirmos o raciocínio de Derrida, se essa apropriação (compreensão, reconhecimento, identificação, descrição, determinação, interpretação com base em um horizonte de antecipação, conhecimento, denominação etc.) não falhar, o acontecimento deixa de ser acontecimento e torna-se outra coisa: algo que proporciona significado.

Por esta razão, quando falamos de imaginário do medo, estamos nos referindo especificamente aos modos de apropriação da violência na imprensa cotidiana, que se dão a partir das formas de enunciação. A visão panorâmica, que é uma marca fundamental da imprensa, e que, aqui, procuramos tratar através das séries de reportagens (que são panoramas elas mesmas), é construída com base no mesmo metonímico sentido que a amostra proporciona em análises estatísticas: fragmentos ou partes definem uma totalidade.

O medo parece estar relacionado a essa idéia de totalidade. Os fatos narrados deixaram de ser circunscritos ao local onde ocorreram para tornarem-se uma série, algo com uma unidade (no caso, política). A estratégia de enunciação de “Guerra urbana” articula essa ligação entre os ataques: a cidade é percorrida e unificada pelas imagens e narrativas que se apropriam dos acontecimentos.

Uma das formas dessa apropriação é o panorama, como mencionado acima. Mas é preciso investigar as articulações que o sustentam enquanto texto. Se o medo é o “acontecimento maior” narrado pela série de reportagens, ou seja, aquilo que suspende a compreensão, de que forma essa fala do medo surge nas páginas do jornal?

O medo, que na maior parte da cobertura está relacionado de alguma forma à polícia, aparece, neste panorama, a partir da recorrente estratégia que define pares. Esses pares são trabalhados hierarquicamente como base de construção de um campo de significações, que é mobilizado incessantemente através do ato de opor, explícita ou implicitamente, duas formas simbólicas.

indeterminável. Daí a inapropriabilidade, a imprevisibilidade, a absoluta surpresa, a incompreensão, o risco de mal-entendido, a novidade não-antecipável, a pura singularidade, a ausência de horizonte" (Borradori, 2004:100).

Uma primeira leitura nos mostra que o par de oposições que é construído para delimitar o significado do medo tem relação com as concepções de ordinário e de extraordinário no espaço urbano da cidade de São Paulo. E, como Derrida salienta em sua metodologia desconstrutivista¹³, há sempre uma hierarquia nesses pares de oposição. Não estamos, no entanto, analisando oposições irreduzíveis e, menos ainda, aplicando a teoria proposta pelo filósofo argelino, mas sim tomando-a como uma referência de leitura e de interpretação, na medida em que detectamos a presença de uma estrutura baseada em pares de oposição na diagramação panorâmica que estamos analisando.

Quase toda composta por fotografias, a página dupla foi diagramada utilizando uma estrutura simétrica exata. Se dobrarmos a página, todas as formas se encontram, como se fossem duplos. A única imagem que não tem seu simétrico está no centro da parte superior da página, com a legenda: “Sem transporte: terminal de ônibus Bandeira, que estava completamente vazio às 16h de ontem” (*Folha de S. Paulo*, 16/05/06, p. C10 e C11)¹⁴.

De todas as imagens da página, esta é a que mais se destaca não só pelo tamanho, mas pela expressividade. No espaço público de uma megalópole, a ausência é um conceito que perturba, pois a divisão espacial é sempre baseada na concentração e na multidão. A essa imagem, somam-se outras quatro, que complementam a idéia de vazio perturbador: uma rua comercial sem clientes; uma rua em que a cabine da Polícia Militar foi retirada; um viaduto em que pedestres caminham pela via que seria destinada aos veículos; e uma loja com as portas fechadas durante o dia.

Outras quatro imagens mostram o extremo oposto, que seria a concentração caótica de pessoas: o intenso tráfego de veículos (que está presente em duas

¹³ “A desconstrução primeiro identifica a construção conceitual de um dado campo teórico, seja na religião, na metafísica ou na teoria ética ou política, que geralmente faz uso de um ou mais pares de oposição irreduzíveis. Em segundo lugar, ela destaca o ordenamento hierárquico dos pares. Em terceiro, inverte ou subverte a ordem, mostrando que os termos colocados na base – material, particular, temporal e feminino – poderiam justificadamente se mover para o topo – em lugar do espiritual, universal, eterno e masculino. Enquanto a inversão revela que o arranjo hierárquico reflete certas escolhas estratégicas e ideológicas, mais do que uma descrição das características intrínsecas aos pares, o quarto e último lance está em produzir um terceiro termo para cada par de opostos, o que complica a carga original da estrutura, tornando-a irreconhecível. Se os primeiros dois lances assumem a descrição de uma dada construção conceitual, os dois últimos pretendem deformá-la, reformá-la e afinal transformá-la. Como o trabalho de desconstrução é tão minuciosamente adequado à especificidade do seu objeto, Derrida gosta de referir-se a ele como 'intervenção’” (Borradori, 2004:148).

¹⁴ Ver figura 13.

fotografias); a superlotação de um vagão do metrô; e passageiros que esperavam por transporte em um terminal de ônibus. Ao centro, logo abaixo do título, um mapa da cidade localiza todos os pontos mencionados nas imagens.

Todas as imagens que estão em simetria precisam da legenda para expressar um significado relacionado ao tema da série “Guerra urbana”. As palavras articulam as imagens em relação ao medo, assim como há uma relação inexorável entre seus pares simétricos. A única imagem cuja legenda é, de certo modo, dispensável é aquela sem um par de oposições na diagramação: imagem que dispensa o duplo e que surge como acontecimento a partir da estranheza que causa através da abundância de espaços vazios.

Nesse jogo de contraposições geométricas, há, também, a oposição simbólica: o vazio *versus* a concentração. E, como sugere a diagramação, o vazio é destacado e hierarquizado em relação à concentração, e acaba por tornar-se vocabulário do medo que é sustentado ao longo da série. A multidão, que é um dos símbolos da idéia de concentração proposta aqui, é a gênese da metrópole contemporânea, que racionaliza os espaços para que eles funcionem com um objetivo definido, planejado. Ao vermos o espaço inútil – sem ser utilizado para o fim ao qual foi pensado –, vemos, também, a consubstanciação do imprevisível com o incompreensível.

O terminal de ônibus tem sua função urbana esvaziada e torna-se espaço simbólico do medo através da linguagem jornalística: o espaço prevalece sobre o tempo. O movimento, que nos dá a marcação do tempo, está ausente. O tempo, marca privilegiada da idéia de progresso, está morto. As palavras da legenda, que marcam a hora em que a fotografia foi feita, apenas reafirmam isso. Sem a hierarquização da temporalidade sobre a espacialidade, este se torna estranho a nós e, ao mesmo tempo, passa a enunciar. Estático, sem as práticas que o significam, a imagem que sobressai é como aquela do alto do arranha-céu: imagem totalizante que pretende ser a unificação dos fragmentos.

O desconforto atribuído ao espaço vazio, que faz parte da forma de imaginar o medo proposta pela série jornalística analisada, tem relações com a idéia de progresso quando este é materializado nas cidades.

O progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a “aniquilação [última] do espaço através do tempo”. A redução do

espaço a uma categoria contingente está implícita na própria noção de progresso. Como a modernidade trata da experiência do progresso através da modernização, os textos acerca dela tendem a enfatizar a temporalidade, o processo de *vir-a-ser*, em vez de *ser*, no espaço e no lugar (Harvey, 2006:190).

A ênfase na temporalidade, como vimos anteriormente na análise de “24 horas”, é uma constante nas narrativas jornalísticas. Nesta imagem panorâmica da cidade de São Paulo, o tempo pode ser percebido nas outras imagens que compõem a página. Em todas, há alguma referência ao movimento, principalmente pela focalização nos meios de transporte. Apesar do título indicar o contrário, que a cidade parou, as imagens sugerem a temporalidade através do sentido de locomoção, mesmo que esta esteja prejudicada de alguma forma.

Por outro lado, a imagem destacada não deixa de expressar alguma temporalidade, mas o que nos inquieta é o excesso de espaço sem qualquer movimento, ou seja, sem uma forte referência temporal. Nesse sentido, quando o tempo nos escapa e o espaço surge como expressão da cidade contemporânea, a imagem do vazio em pleno seio urbano torna-se, também, imagem do medo.

O espaço, que é concebido pelos sentidos cotidianos que lhes são atribuídos, é uma forma complexa de ser compreendida. Este pode, em certa medida, ser encarado como o conjunto de significados que são atribuídos a ele.

O espaço também é tratado como um fato da natureza, “naturalizado” através da atribuição de sentidos cotidianos comuns. Sob certos aspectos mais complexo do que o tempo – tem direção, área, forma, padrão e volume como principais atributos, bem como distância –, o espaço é tratado tipicamente como um atributo objetivo das coisas que pode ser medido e, portanto, apreendido. Reconhecemos, é verdade, que a nossa experiência subjetiva pode nos levar a domínios de percepção, de imaginação, de ficção e de fantasia que produzem espaços e mapas mentais como miragens da coisa supostamente “real” (Harvey, 2006:188).

Se voltássemos aos termos de Michel de Certeau, diríamos que a estratégia de enunciação colocada em prática pela imagem que selecionamos efetuou uma transformação simbólica do terminal de ônibus: de espaço (relacionado às práticas dos usuários) tornou-se lugar (esvaziamento das práticas, espaço racionalizado). Em certo sentido, a fotografia nos mostra o que poderia ser o projeto (a planta tridimensional) de um espaço urbano pensado e planejado para exercer uma função. Nele não há práticas, o que é visível é apenas a estratégia, a racionalidade, a disciplina.

Essa evidência da racionalização que surge com o esvaziamento do espaço tem uma relação com a perspectiva panorâmica¹⁵: esta, por sua vez, busca sempre essa imobilidade utópica que nos é sugerida, curiosamente, pela imagem do terminal de ônibus. “A cidade-panorama é um simulacro ‘teórico’ (isto é, visível), em resumo, um quadro, cuja condição de possibilidade é um esquecimento e um equívoco de práticas” (Certeau, 1994:22).

O esquecimento e o equívoco estão relacionados a um movimento que, metaforicamente, poderíamos chamar de “movimento-funerário”, pois lida com cadáveres. São “mortes” provocadas pela opaca visibilidade que é apresentada. O vazio que vemos na imagem central da figura 13, curiosamente, funciona como arquipaisagem¹⁶ deste modelo de ficção.

¹⁵ Certeau, ao procurar trabalhar com a concretude do cotidiano, diz que, este, foge completamente às imagens-panorâmicas. “Fugindo às totalizações imaginárias produzidas pelo olhar, o cotidiano tem uma certa estranheza que não vem à tona, ou cuja superfície é apenas o limite superior, que se delineia contra o visível” (1994:23).

¹⁶ Utilizo esta expressão para designar a simbologia da imagem-panorama, que é o fato de mostrar uma exacerbação do espaço (legível) e uma anulação do movimento (práticas).

5.4. “Infelizmente, a gente tem uma lei para respeitar”

Dentre as várias reportagens que compuseram a série “Guerra urbana”, há uma cujo título é justamente o tema do qual estamos tratando.



FIGURA 15¹⁷

Em letras garrafais, o título, sem fazer uso de subtítulos, define sucintamente a narrativa que preenche a página e, metonimicamente, todas as edições que compõem a série de reportagens. O medo é narrado a partir das ações da instituição policial diante dos ataques que estavam sofrendo. A reportagem

¹⁷ Folha de S. Paulo, 15/05/06, p. C16.

tenta testemunhar o comportamento dos policiais militares que trabalhavam na noite e na madrugada em que as ameaças de ataques, que se disseminaram na cidade de São Paulo nos dias anteriores, eram iminentes. O texto inicia da seguinte maneira:

A noite e a madrugada de sábado para domingo foram de alerta máximo, medo e uma tensão infernal nas delegacias, postos e bases policiais de São Paulo. Ao ponto de ter sido quase um alívio quando, às 19h40 do sábado, duas motocicletas entraram na avenida Silvio Ribeiro Aragão, no Campo Limpo, e os caronas de repente sacaram as pistolas .40 e 9 mm e dispararam 40 tiros contra a base comunitária da GCM (Guarda Civil Metropolitana), atingindo a mão direita do soldado Valdemar Lopes Ferreira, 50: “Um raio não cai duas vezes no mesmo local”, disse um soldado. Caiu – às 6h, em uma nova rajada de balas, desta vez sem vítimas (*Folha de S. Paulo*, 15/05/06, p. C16).

Após o “alerta máximo” e a “tensão infernal”, o “alívio” veio com os ataques. Não pelo fato de que todos saíram com vida e apenas um policial se feriu, mas pela crença de que um mesmo local só seria atacado uma vez. Diante dessa construção, a tese principal parece ser a de que a polícia perdera não só o monopólio do uso da força (já repetido cotidianamente nas notícias do cotidiano), mas, além disso, estava acuada e com medo dos criminosos. Do medo, nasce a superstição¹⁸.

Os ataques, como são descritos na parte da reportagem selecionada acima, já eram esperados pelos policiais, o “alívio” nos dá essa informação. Mas não há qualquer menção às justificativas dos ataques às bases policiais. Com o apoio das outras reportagens, sabemos apenas quem são os perpetradores das ações. Temos, então, a informação de que os ataques foram orquestrados por integrantes de um grupo intitulado PCC, que surgiu dentro do sistema carcerário paulista na década de 1990.

¹⁸ Marilena Chauí, em análise da obra de Espinosa, aborda a relação que este autor propõe entre medo e superstição. No caso do policial, a narrativa fala sobre o medo através dessa esquivada da racionalidade que o policial atesta em sua fala. Chauí comenta Espinosa: “A gênese da superstição encontra-se, portanto na experiência da contingência. A relação imponderável com um tempo cujo curso é ignorado, no qual o presente não parece vir em continuidade com o passado, e nada, nele, parece anunciar o futuro, gera simultaneamente a percepção do efêmero e do tempo descontínuo, o sentimento da incerteza e da imprevisibilidade de todas as coisas. Desejantes e inseguros, os homens experimentam medo e esperança. De seu medo nasce a superstição. Com efeito, a incerteza e a insegurança geram o desejo de superá-las encontrando signos de previsibilidade e levam à procura de sinais que permitam prever a chegada de bens e males; essa busca, por seu turno, gera a credulidade em signos; essa credulidade leva à busca de sistemas de signos indicativos, isto é, presságios, e, por fim, a busca de presságios conduz à crença em poderes sobrenaturais que, inexplicavelmente, enviam bens e males aos homens” (2004:161).

É a partir das referências à ineficiência do aparelho repressor que o texto se esforça para imaginar o título que lhe foi conferido. Se o órgão do Estado que é designado para administrar a segurança pública está, ele mesmo, indefeso, a estratégia da vitimização começa a dar os ares de sua graça. Apesar da maioria dos ataques serem direcionados aos policiais, a vítima simbólica é outra: é a própria ordem disciplinar que é colocada em xeque. No entanto, essa ordem ameaçada não é proveniente de um processo histórico ou mesmo do funcionamento cotidiano da instituição. A estratégia de vitimização, que está associada à produção do imaginário do medo, toma como base uma outra ordem social: ideal, formal, escriturística, que não condiz com a história da instituição policial no Brasil¹⁹.

Ao seguirmos com a leitura da reportagem, vamos nos deparando com outras circunstâncias selecionadas para fazer referência ao medo.

“O Valdemar corre o risco de perder os movimentos de dois dedos, mas é melhor isso do que morrer. Só o que eu espero é que chegue logo 6 horas, quando vamos embora”, afirmou um soldado, olhos arregalados, abrigado atrás do vidro à prova de balas da base. Esses guardas não queriam combate. Passivos, nem os revólveres calibres 38 eles tiraram das cartucheiras. “Não dá tempo de revidar, é um ataque rápido demais”, disse um agente.

Aos poucos vamos atentando para o medo de que trata o título. O aparato policial, que teria a função fundamental de combater ostensivamente a delinquência através do sistema disciplinar, acaba por se recolher às suas bases burocráticas, sem ação. Os vidros blindados não evitam a tensão e o medo, assim como os muros que segregam a cidade²⁰ também não o fazem. Ambos apenas encenam a idéia de segurança e fazem o discurso do medo proliferar, proporcionando vocabulário para essa fala.

¹⁹ “Ambigüidades, tratamentos diferenciados, regras e legislações excepcionais, privilégios, impunidade e legitimação de abusos são intrínsecos às instituições da ordem e não externos a elas (ou seja, manifestações de uma prática desvirtuada). O problema não é nem de princípios liberais *versus* uma prática personalista e violenta, nem de um macro constitucional *versus* uma prática ilegal, mas sim de instituições da ordem que são constituídas para funcionar com base em exceções e abusos. Como a história da polícia e as políticas recentes de segurança pública claramente indicam, *os limites entre legal e ilegal são instáveis e mal definidos e mudam continuamente a fim de legalizar abusos anteriores e legitimar outros novos*” [grifo da autora] (Caldeira, 2003:142).

²⁰ Cf. Caldeira, 2003. A autora elabora argumentos em torno da crescente segregação espacial que vem ocorrendo na cidade de São Paulo e, para isso, levanta questões sobre os discursos que falam da violência e o que esses discursos têm a explicar ou atestar sobre uma reconfiguração do espaço público brasileiro.

Assim, o aparelho burocrático da polícia (que, teoricamente, comportaria a parte de inteligência operacional também) vai se tornando símbolo da inércia e da ineficiência em controlar a violência dos criminosos pelo viés das regras institucionais. De certo modo, o argumento do texto se baseia na idéia de que é preciso algo além do disponível legalmente para deter a criminalidade. O foco voltado para a descrição do comportamento dos policiais dá embasamento a essa forma de significar a violência: os revólveres que não são capazes de revidar, os vidros blindados que não dão segurança, enfim, um aparelho repressor que não tem eficiência de combate. Em certos momentos, o depoimento de policiais sugerem uma justificativa para a rotina de proceder por vias não-institucionais.

Com a condição de não ser identificados, eles [alguns policiais] desabafam: “Infelizmente, a gente tem uma lei para respeitar, eles [os membros do PCC] não têm nenhuma. Eles invadem sem mandado, portam as armas que querem. A gente tem de se contentar com as porcarias obsoletas que o Estado fornece e autoriza”, afirmou um policial militar armado apenas com um “três oitão” (*Folha de S. Paulo*, 15/05/06, p. C16).

A burocracia, que define os procedimentos relacionados às leis, é interpretada como fator que dificulta o combate aos crimes violentos, e não o contrário: “infelizmente, a gente tem uma lei para respeitar”. De acordo com essa perspectiva que o soldado expõe, a ordem escriturística (aquela que teoriza e formaliza as práticas) seria um balizamento que não dá conta da realidade cotidiana. É como se, utilizando um conceito de Michel de Certeau, a ordem institucional demandasse práticas desviacionistas a todo momento. Como consequência, a individualidade e a pessoalidade passam ser formas cultuadas de proceder dentro das instituições.

“O policial brasileiro tem garra. Pede para um americano entrar em uma favela. Ele não entra. Quer ir com 50 junto. Este colete à prova de balas, por exemplo. Custa R\$ 4.000 e fui eu que comprei. É israelense. Agüenta tiro frontal de fuzil. Os comuns, que a polícia recebe, só seguram tiro de armas de mão. Não dá para combater” (*Folha de S. Paulo*, 15/05/06, p. C16).

Essa forma de “pessoalidade”, se podemos arriscar, é uma das marcas da história da instituição policial no Brasil. No caso acima mencionado, a ação é justificada pela falta de condições de trabalho compatíveis com a realidade. Mas, em muitos outros casos, essa forma pessoal de agir usa a mesma justificativa para

proceder de forma ilegal, utilizando-se da violência²¹. Essas práticas acabam por desestabilizar as instituições da ordem, incentivando um processo de proliferação e difusão do crime violento. As instituições disciplinares acabam por contribuir com o aumento da violência e, ao mesmo tempo, com a própria deslegitimação da ordem disciplinar no Brasil.

Em certo momento do texto, o fato de atividades burocráticas cotidianas – que segundo Michel Foucault (2006) constituem a base do poder disciplinar e elemento central da tecnologia de poder dos Estados modernos – estarem sendo realizadas sem interrupção é colocado em questão.

Enquanto os policiais esperavam pelo pior na porta da delegacia, lá dentro, como se nada estivesse acontecendo, três boletins de ocorrência eram lavrados: um por roubo a coletivo, outro por roubo de veículo e até um por perda de documentos (*Folha de S. Paulo*, 15/05/06, p. C16).

A passividade, que surge como síntese de um pensamento que atribui ao Estado toda e qualquer responsabilidade quanto aos problemas sociais, é índice de uma interpretação das instituições no Brasil: estas agiam de forma obscura, seguindo regras outras que não aquelas estabelecidas pelos regulamentos formais de conduta.

Essa idéia é a mesma que comanda o título da série. Quando falamos em guerra, há sempre a possibilidade de cidadãos serem imperativamente convocados a compor o efetivo das forças armadas. Isto é, eles são obrigados a largarem suas atividades cotidianas e a assumirem os postos designados para enfrentar o inimigo.

²¹ “A história da redução do crime violento nas cidades européias nos últimos dois séculos é também a história da consolidação da autoridade do Estado e de suas instituições da ordem – a polícia e o sistema judiciário –, e do seu monopólio do uso da força. Esse processo coincide com profundas mudanças culturais no que diz respeito ao controle dos instintos e do corpo, ao disciplinamento das populações e à expansão e legitimação da noção dos direitos individuais. A sociedade brasileira, apesar de ligada de maneiras complexas ao liberalismo europeu e a suas instituições, tem uma história específica e diferente. Embora se possa falar de um monopólio progressivo do uso da força pelo Estado desde a Independência, as forças policiais brasileiras nunca deixaram de usar a violência e nunca pautaram seu trabalho de controle da população civil em termos de respeito aos direitos dos cidadãos. Durante o império e a vigência do sistema escravista, as tentativas de criação de uma ordem legal obviamente conviveram com a legitimidade das punições corpóreas inerentes à escravidão. Mesmo depois do fim da escravidão e da ampliação legal da cidadania com a primeira constituição republicana, a ação violenta da polícia continuou a interligar-se de maneiras complexas com o estado de direito e com padrões de dominação. Essa violência teve apoio legal em alguns contextos e foi ilegal em outros, mas na maior parte das vezes tem sido praticada com impunidade e com significativa legitimidade, se por isso se entende o apoio do público” (Caldeira, 2003:136).

A metáfora da guerra, que está presente na rubrica da série, é artifício recorrente na construção do medo: entrincheirados, os policiais esperavam o ataque dos inimigos que surgiriam da multidão que habita a cidade. “Todos” são suspeitos e oferecem perigo.

O insulfilme preto fazia de cada carro uma ameaça e um suspense. Todos os 14 olhos dos agentes que passaram a noite na base escaneavam cada máquina que passava, movimentos coordenados: “A gente era caçador, agora é presa fácil”, afirma o guarda (*Folha de S. Paulo*, 15/05/06, p. C16).

A estratégia de aproximação com a idéia de guerra que os jornais utilizam de forma recorrente (como vimos no capítulo anterior, em que analisamos a série “Guerra do Rio”) é um dos artifícios a partir dos quais a fronteira entre o legal e o ilegal torna-se extremamente maleável e instável. Atrelada à palavra guerra há o significado de um estado de exceção, onde as regras estabelecidas podem ser suspensas em função de um objetivo “maior”. Assim, o termo guerra urbana como definição dos ataques justifica e incentiva, simbolicamente, ações “fora-da-lei” por parte das próprias instituições que deveriam prezar pela ordem.

No contexto de ataques direcionados a policiais, a resposta vem por vias obscuras, em que a vingança prevalece em relação ao sistema de compensação disciplinar legal, que tem a função justamente de evitar o ciclo de vinganças. No dia 17 de maio de 2006, a série “Guerra urbana” é publicada com alguns números relacionados ao combate e à reação da polícia frente aos ataques. Na principal manchete da primeira página, o título sugere ambigüidades: “Polícia prende 24 e mata 33 em 12h: São Paulo começa a voltar ao normal, mas atentados continuam no interior e litoral; governo nega acordo, mas confirma conversa com PCC”.

Nota-se, sem muito esforço, que a “volta à normalidade” vem não pelo número de prisões, mas pelo número de assassinatos efetuados pela polícia. Em outras palavras, a contenção simbólica da criminalidade veio através de uma ação que, no mínimo, pode ser classificada como nebulosa. As declarações das autoridades sugerem uma forma de agir que está longe da transparência.

Na guerra declarada à facção criminosa PCC, a polícia de São Paulo matou 71 pessoas. Apenas entre a noite de segunda-feira e a manhã de ontem, em cerca de 12 horas, foram 33 mortes. Apesar de não revelar a identificação dos mortos, a Secretaria da Segurança Pública afirma que todos eles tinham ligação com o grupo

criminoso ou estavam relacionados diretamente aos atentados do PCC nos últimos dias (*Folha de S. Paulo*, 17/05/06, p. C1).

Dois dias depois, na edição do dia 19 de maio de 2006, a primeira página da *Folha de S. Paulo* traz, através da articulação imagem-texto, uma interpretação das ações e das declarações da Polícia Militar.



FIGURA 16²²

Pelo ângulo em que a fotografia foi tirada, tem-se a impressão de que o policial militar está apontando a arma para a cabeça de uma criança de colo, contrastando com o título da manchete. Na legenda que acompanha a fotografia, há o seguinte texto: “Em meio a moradores da favela do Jardim Elba, policial dá cobertura a colegas durante ação que envolveu 400 homens” (*Folha de S. Paulo*, 19/05/06, p. A1).

Essa estratégia de enunciação segue a mesma abordagem analisada anteriormente: o medo é evocado a partir da vitimização de uma ordem ideal e, ao mesmo tempo, de um esforço por tornar evidente a fragilidade das instituições

²² *Folha de S. Paulo*, 19/05/06, p. A1.

disciplinares no Brasil. Assim, a ilegalidade, paradoxalmente, é afirmada e tratada como solução possível. A polícia, como uma das mais importantes instituições da ordem, funciona com base em procedimentos abusivos, que negam as regras estabelecidas formalmente²³.

A linguagem do medo nesta série de reportagens é, dentre outras, aquela que mobiliza uma falta de confiança no poder público e que articula cenários políticos com as conseqüências da violência urbana. Assim, como sustenta Corey Robin (2004), o medo, de forma recorrente, é uma idéia que está intimamente relacionada à política, ou em outras palavras, às formas de controle social. Quanto mais simbolicamente fragilizadas as instituições estiverem na percepção da sociedade, maior será a amplitude e rapidez da disseminação do medo entre as pessoas.

Os acontecimentos em São Paulo mostram, em certo sentido, que o medo é narrado a partir de outras coisas que não somente crimes e violência. O trabalho jornalístico, que tem grande contribuição na mobilização incessante do imaginário do medo, narra, através do vocabulário da violência, as ambigüidades e fragilidades que marcam as instituições que asseguram a segurança pública no Brasil.

Contudo, na mesma reportagem que estampa o termo medo como título há um momento em que o temor parece não ser partilhado pela cidade inteira. Fazendo uso de depoimentos e fotografias, a estratégia de enunciação vai definindo fronteiras e binarismos. Utilizando-se da velha dicotomia centro *vs.* periferia, o medo parece não atingir as populações de baixa renda. Na fotografia que aparece logo abaixo do título, a legenda divide simbolicamente a cidade: “Alheios aos ataques do PCC pela cidade, moradores do Jardim Ângela realizam baile de rua em frente à panificadora A Francesinha”. Tanto na imagem quanto no

²³ A relação entre a confiança da sociedade na Polícia Militar e o apoio a punições ilegais foi aferida pela Pesquisa Social Brasileira (Almeida, 2007) e indica que em relação ao combate ilegal do crime, “não há grande diferença entre os que avaliam a ação da polícia como péssima, ruim, regular ou boa. Para todos eles, algo em torno de 30% consideram certo matar assaltantes depois de prendê-los. Apenas na avaliação ótima é que o patamar de apoio à ilegalidade se eleva bastante: 43%! Isso reforça o diagnóstico de que quando a população faz uma boa avaliação da polícia e confia nela, há a tendência a ser mais tolerante com suas ações ilegais” (2007, 143). Esse apoio às ações ilegais é explícito, por exemplo, na recepção do filme *Tropa de elite* (2007), em que o protagonista é exaltado justamente por fazer “justiça” com policiais corruptos e com bandidos.

depoimento de um auxiliar de escritório²⁴ que comprava flores às 3h40 em uma banca ao lado da base comunitária da PM, a ordem parecia continuar a mesma.

A periferia da cidade não tem medo da guerra do PCC. Se os três policiais (dois homens e uma mulher) presentes na base comunitária de Guarapiranga estavam fincados em pé e seus postos, dois “três oitão” e uma “doze” em alerta, a casa de espetáculos Guarapirã, vizinha, bombava com 800 foliões chacoalhando com a banda Fettynia, Carlos e Maciel, além das Mocréias e sua trupe (*Folha de S. Paulo*, 15/05/06, p. C16).

O texto vai construindo o medo através de divisões e diferenciações. A periferia da cidade parecia estar indiferente aos ataques, pois, quando perguntados, não narravam o medo esperado e continuavam a vida normalmente. Ao lermos todas as reportagens da série, nos deparamos com depoimentos de pessoas que alteraram suas rotinas em função das ameaças dos ataques. Assim, através da diferenciação simplista entre duas áreas geográficas, a série parece indicar que a fala do medo é, também, uma fala que exclui e diferencia.

O curioso é pensar que essa diferenciação ocorre, em grande parte dos casos (como vimos, por exemplo, no capítulo anterior), quando o Estado penal entra em ação²⁵. O aparelho repressor não funciona para todos os setores sociais da mesma maneira.

²⁴ “Medo? Por que medo? Esses caras do PCC não estão errando o alvo, não. Com eles não tem essa de bala perdida. Pode ver, é só polícia que eles estão ‘pegando’”.

²⁵ A violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissécular de controle de miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a “subversão interna” se disfarçou em repressão aos delinquentes. Ela apóia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania fundada na oposição cultural entre feras e doutores, os “selvagens” e os “cultos”, que tende a assimilar marginais, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem (Wacquant, 2001:9).